

Introdução

O artigo *Sete teses sobre o mundo rural brasileiro* (BUAINAIN et al., 2013), mostra que precisamos reformular o pensamento sobre o meio rural. Dessa reformulação, decorre a necessidade de reorientar a política agrícola, focalizando os excluídos da modernização da agricultura, visando dar-lhes acesso à essa modernização. Como a Agência de Extensão Rural terá também esse objetivo, resolveu-se analisar seus desafios.

Há um problema sério de difusão de tecnologia na agricultura brasileira. Com efeito, pelo Censo Agropecuário 2006, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrou cerca de 4,4 milhões de estabelecimentos que informaram produção e área explorada e, desses, 500 mil (11,4% do total deles) foram responsáveis por 86,6% do valor da produção registrada pelo IBGE para 2006. No grupo de 500 mil, há 27.306 estabelecimentos que, sozinhos, geraram 51,2% do valor da produção de 2006¹. O restante, ou 3,9 milhões de estabelecimentos (88,6% do total), geraram somente 13,4% do valor da produção. E nesse grupo há 2,9 milhões de estabelecimentos (66,0% do total), que contribuirão apenas com 3,3% do valor da produção de 2006. Os dados apresentados indicam que muitos estabelecimentos produziram muito pouco e que poucos produziram muito, ou seja, a pro-

¹ Para facilitar a exposição, Agência de Extensão Rural será chamada de Agência.

dução está muito concentrada numa parcela pequena de estabelecimentos, em 11,4% dos 4,4 milhões (ALVES et al., 2013a).

Ora, a tecnologia explica a maior parte do crescimento da produção. Por um estudo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Alves e Silva (2013) observaram que o trabalho correspondeu a 22,3%, a tecnologia, 68,1% e a terra, 9,6%. Baseando-se em série temporal do período 1970 a 2012, o rendimento, portanto a tecnologia, explicou a maior parte do crescimento da produção de grãos e a expansão da prática em que a área agricultada é de apenas uma pequena parcela (SOUZA et al., 2013).

É importante analisar a dispersão do valor de produção. Novamente, na explicação da variação do índice de Gini, com base nos municípios, terra correspondeu a 11,4% e tecnologia 104%, visto que o coeficiente de trabalho foi negativo (ALVES et al., 2013b). Estimou-se o índice de Gini para os estabelecimentos de 100 ha ou menos e para os de mais de 100 ha. Para o primeiro grupo, encontrou-se 0,85 e para o segundo 0,87, ou seja, medida pelo índice de Gini, a dispersão é praticamente a mesma, sendo pouco relevante a influência da área de terra (ALVES et al., 2013a).

Assim, tanto no crescimento da produção como na sua dispersão, a tecnologia tem papel dominante. Ela beneficiou 500 mil estabelecimentos e deixou à margem 3,9 milhões. Isso caracteriza um problema muito sério de difusão de tecnologia e também para a sociedade brasileira, ou seja, a tecnologia alcançou uma minoria de estabelecimentos e contribuiu para que eles fossem responsáveis por grande parte da produção nacional. A solução agrícola do problema de pobreza implica necessariamente no aumento do valor da produção de cada estabelecimento, aumento esse muito dependente da tecnologia, portanto, de sua difusão para os que ficaram à margem da modernização.

Há a tendência em igualar o problema de difusão de tecnologia ao problema de extensão rural. É óbvio ser necessário ampliar e aprimorar a extensão rural pública nas várias vertentes, realçando-se as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater). Também a extensão particular precisa ter seu papel ampliado na agricultura familiar. Acredita-se, contudo, ser equívoco de graves consequências, igualarem-se os dois problemas.

É preciso ressaltar o papel do entorno ao estabelecimento na adoção de tecnologia². O entorno define a lucratividade da tecnologia, e sem esta lucratividade não há adoção. O entorno favorável dá igualdade de oportunidades à pequena e à grande produção. Quando existe essa igualdade de oportunidade, a extensão rural tem condições de ser bem-sucedida com a agricultura familiar. Num ambiente de sucesso, a extensão rural tem incentivos para

² Entorno diz respeito às restrições que a pequena produção enfrenta depois da porteira do estabelecimento e escapam à sua capacidade de removê-la, por si mesma. Redundam numa relação desfavorável de preço de produto para insumo.

aprimorar-se. Quando o sucesso inexistente por um longo tempo, o foco em difusão de tecnologia é mudado e o pessimismo domina. Há, assim, forte interação entre o entorno e a qualidade da extensão. Num entorno desfavorável, se a extensão limitar sua ação ao estabelecimento, certamente não será bem-sucedida e a Agência fracassará. Outra forma de se referir ao mesmo assunto é tratar das imperfeições de mercado (ALVES; SILVA, 2013)³.

A igualdade de oportunidade entre a pequena e grande produção traduz-se em serem pequenas as diferenças de preços na venda de produtos, de compra de insumos, de taxas de juros e de condições de empréstimo. Também em serem semelhantes a qualidade dos serviços da extensão rural público vis-à-vis privado, o acesso aos instrumentos da política agrícola, existência e qualidade da eletricidade e dos serviços públicos em geral. Enfim, a disponibilidade e o acesso ao conhecimento coletivo não discriminam a pequena produção da grande⁴. Nesses aspectos, o Sul e Sudeste, especialmente o Sul, são mais favorecidos que o Norte, Nordeste e Centro-Oeste. E não é por outra razão que os pequenos produtores do Sul e Sudeste estão deixando para trás o atraso. Há também alguns polos de sucesso nas outras três regiões, e neles as desigualdades de oportunidades entre pequenos e grandes não são grandes.

Antes de entrar nos desafios da Agência, é importante mostrar como está organizada a produção da agricultura brasileira, pois essa organização terá muito a ver com como a Agência operacionalizará seu trabalho.

Organização da produção

A urbanização, as exportações e a escassez de trabalho e de terra mudaram a organização da produção no território nacional para uma perspectiva em que se poupa terra, trabalho e evita-se desperdícios. Na maior parte, a agricultura realiza-se em áreas especializadas ou utiliza sistemas de produção que usam pouca terra para produzir. A ideia é dividir a produção em etapas, com formação de preços em cada uma. Sendo assim, o mercado faz-se sempre presente, já que a competição produz a eficiência, no sentido de maximizar a produção por cesta de insumos, ou dito de outra forma, de maximizar a renda líquida, em nível de estabelecimento.

As áreas não especializadas abrigam muitos produtores, embora o nível de produção seja pequeno quando comparado com o das áreas especializadas. Ainda, as condições fora da porteira não favorecem a modernização da agricultura.

³ Este artigo mostra que a pequena produção subsistirá, porque parte importante dela foi capaz de remunerar todos os fatores de produção, não sendo, nesse aspecto, muito diferente da grande.

⁴ A grande produção tem acesso ao conhecimento coletivo em nível local, regional, nacional e internacional. No Sul e no Sudeste, entre esses dois grupos, o diferencial de acesso não é significativamente grande.

Alguns exemplos esclarecerão o conceito:

Ave tradicional

A produção de pintos, rações e as decisões de produção, além de serem o trabalho não especializado e remunerado em conjunto com outras atividades, quando não em regime de meação, ocorrem no âmbito do estabelecimento, sem formação de preços. Esse sistema consome terra com as benfeitorias e com a produção de alimentos, e só há formação de preços quando da venda do produto final. Assim, o mercado não marca presença nas etapas intermediárias e na contratação de mão de obra.

Ave moderna

A terra é somente ocupada com benfeitorias. O trabalho é contratado e especializado.

A fábrica de rações, a produção de pintos e o processamento migraram para a cidade, onde localiza-se a mão de obra. Os grãos que alimentam as fábricas de rações estão em áreas especializadas e até no exterior e, nelas, os agentes econômicos enfrentam cerrada competição. A decisão de quanto produzir e como produzir, quando vender e a que preço, é regida por contrato e é urbana, assim como o financiamento e as taxas de juros. Todos os insumos são comprados no mercado, ou seja, o mercado está presente em todas as etapas, gerando custo de oportunidade para cada uma delas. Esse arranjo de produção poupa o máximo de terra e transfere para terceiros todas as atividades não diretamente vinculadas à produção e, assim, procura a máxima eficiência do trabalho e de todos os recursos da granja.

Outro aspecto é que a produção de aves concentra-se em polos, nos quais o ambiente competitivo e a escala de produção favorecem a máxima eficiência em todas as etapas.

Confinamento de boi

Em primeiro o lugar, adicionou-se uma etapa intermediária especializada (a engorda) ao processo de produção e, em regiões especializadas, muitas vezes ela está fora do estabelecimento. As rações em concentrados estão fora do confinamento, fornecidas por firmas especializadas, embora a produção de feno e silagem possa ocupar terra do estabelecimento, quando o confinamento se realiza dentro de sua área. Grande parte dos insumos, inclusive a assistência técnica, é urbana e oferecida pelo mercado. O confinamento ocupa área diminuta comparada com a engorda a pasto, o trabalho é especializado e segue rigorosa disciplina. Comparado com a engorda a pasto, o sistema ocupa muito menos área e tempo, portanto poupa terra e trabalho. E a formação de preço pertence ao mercado e não é interna ao estabelecimento, começando com a compra dos animais, estendendo-se na aquisição de insumos, no financiamento e na venda dos animais, sendo algumas etapas regidas por contrato.

Gado de leite confinado, embora restrito ao estabelecimento, sendo a silagem e, às vezes, o feno nele produzidos, objetiva poupar mão de obra e, como a produtividade por vaca é muito maior, acaba por poupar terra. Existem confinamentos que terceirizam todas as atividades, realizando apenas a produção de leite, sendo, portanto muito semelhante a de aves.

Áreas de produção especializadas

As áreas especializadas estão localizadas em todo o País, do Sul ao Norte (sendo aí menos comuns). São comandadas pelas cidades e pelo exterior. No caso de grãos, a produção realiza-se em mega estabelecimentos, como em áreas de Cerrado, ou em médios e grandes como no Sul, Sudeste e no Cerrado do Nordeste. No caso de hortaliças e frutas, estão presentes pequenos, médios e grandes produtores, ocupando áreas menores que grãos e muito menores que mega estabelecimentos.

Normalmente, há um ou mais polos urbanos que comandam a produção. Aí está a presença do mercado externo, dos grandes compradores nacionais, das firmas vendedoras de insumos e prestadoras de serviços, dos bancos, das firmas de assistência técnica, das universidades, da Embrapa, dos institutos de pesquisa, dos hospitais e do trabalho especializado. Nos polos circulam informações de preços, de natureza tecnológica, de condições dos mercados brasileiros ou externos. Neles, o custo de busca de informação é muito menor, pois são riquíssimos em conhecimento coletivo. É também muito grande o nível de competição entre os diversos agentes. É muito mais fácil encontrar firmas prestadoras de serviços de máquinas e equipamentos, alugar seu trabalho, desonerando o capital do estabelecimento, quando vantajoso. Sendo assim, o tomador de decisão tem condições de avaliar corretamente, quando deve terceirizar determinada operação ou de realizá-las com capital próprio.

Quando de grãos ou de algodão, não é necessário especializar-se numa única cultura, pois as máquinas e equipamentos comportam várias explorações. Assim, o planejamento da produção pode comportar diversas explorações e a rotação de culturas, favorecendo as práticas que preservam o meio ambiente.

Um entorno favorável ao estabelecimento, rico em informações, facilita a tomada de decisões relativas às opções por tecnologias que respondem aos preços crescentes da terra e da mão de obra. É natural que as produtividades da terra e do trabalho cresçam, com economia desses dois fatores de produção. No caso de grãos e no período 1970 a 2012, o crescimento da produtividade da terra explicou a maior parte do incremento da produção (ALVES et al., 2013a).

Os cinturões verdes de hortaliças são muito semelhantes às áreas especializadas em grãos, com uma pequena diferença em que atividades, como limpeza, classificação e

embalagem migraram para o meio rural, porque lá custam muito menos que nas cidades. Muitas explorações dos cinturões verdes transformam-se em commodities, como cenoura, batata, melão, uva e manga. Nesses casos, são muito semelhantes aos grãos, observando-se elevada concentração da produção.

As possibilidades de concentração da produção em poucos estabelecimentos são grandes nas áreas especializadas, pois aí é muito mais fácil adotar a tecnologia, aumentando a produção por unidade de área. Seus produtores se distanciam, em produção daqueles das áreas não especializadas, agravando a concentração da produção no Brasil. A grande produção leva vantagens, em função do volume.

Desafios da Agência

Determinar o tamanho do público alvo é o maior desafio da Agência, portanto, dedica-se mais espaço ao tema, dividindo-o em tópicos.

Assentados da reforma agrária⁵

Em vista de serem os assentados da reforma agrária responsabilidade do governo federal, o maior desafio da Agência são as 1.258.205 famílias assentadas, sendo que 90,9% delas pertencem às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e, apenas 9,1% delas, ao Sul e Sudeste, conforme dados de dezembro de 2012 (ALVES et al., 2013c)⁶. Ressalte-se, ainda, que 41% delas estão na região Norte. Naquelas três regiões em que houve maior número de assentados, especialmente no Norte, as condições de entorno são muito desfavoráveis à modernização da agricultura. Se não forem mudadas as condições do entorno ao estabelecimento, a possibilidade de resolver o problema de pobreza dessas famílias é mínima. Não é exagero a advertência: sem atacar os problemas do entorno ao estabelecimento não há como aumentar o valor de sua produção de modo a resolver o problema de pobreza da família com a produção agrícola. Não basta apenas expandir e aprimorar a extensão rural.

Igualmente é falsa a conclusão de que não adianta investir em extensão rural antes de se resolverem os problemas do entorno dos estabelecimentos. A extensão rural deve ser chamada e treinada para ajudar as comunidades nesse sentido. E há muitas experiências

⁵ O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Agência estão juntos na difusão de tecnologia, mas, o MDA é o responsável.

⁶ Isto não significa que a Agência vá cuidar diretamente do assunto. Como ela irá agir, em conjunção com MDA, não é discutido neste trabalho.

bem-sucedidas, principalmente no Sul e Sudeste⁷. Como transição, deve-se incentivar o trabalho fora do estabelecimento e atividades, como a indústria caseira. Note-se que a legislação trabalhista não favorece o trabalho em tempo parcial e o mesmo ocorre com os projetos de assentamento da reforma agrária. Quem recebeu a terra depois de um período de carência, como por volta de cinco anos, deve ter os mesmos direitos de qualquer proprietário que são vender a terra, alugar e trabalhar em regime de tempo parcial. Não faz sentido a discriminação existente. A Secretaria de Gestão Estratégica da Embrapa dispõe de um banco de dados organizado ao longo dos anos, que permite construir tabelas que analisam a distribuição dos estabelecimentos por região e em classes de número de estabelecimento. Por exemplo, uma classe é menor ou igual a 500 estabelecimentos e tem-se o número de municípios dessa classe. Uma percentagem elevada de municípios, nas cinco regiões, pertence a essa classe, tanto para a classe pobre e quanto a muito pobre. Nesse caso, as prefeituras poderão ser aliadas poderosas da Agência, quando devidamente auxiliadas. Os municípios com número mais elevado de estabelecimentos, embora menos numerosos, precisam de mais recursos financeiros, técnicos e de formulação de estratégias.

Produtores não assentados

O Censo Agropecuário 2006 permite detalhar os estabelecimentos em classes de renda bruta, tomando como base o salário mínimo de 2006 (R\$ 300,00). Os detalhes são apresentados na Tabela 1. A renda bruta (rb) é a produção do estabelecimento no ano 2006, vendida, autoconsumo e indústria caseira (ALVES et al., 2013a). Os estabelecimentos são aqueles que declararam renda e exploram a terra⁸.

A Tabela 1 divide a renda bruta de cada estabelecimento em quatro classes de salário mínimo mensal, sendo que o menor valor da classe não é incluído e o maior valor sim; (0, 2], maior que zero e até dois salários mínimos, inclusive, designados por muito pobre; pobre (2, 10]; classe média (10, 200]; rico, > 200 salários mínimos. Na classe muito pobre há 2,9 milhões de estabelecimentos, 66,01% do total, produziram tão somente 3,27% da renda bruta de 2006, sendo que cada estabelecimento gerou por mês 0,52 salários mínimos, por isso, muito pobres. Em torno de 57,2% deles estão no Nordeste, 9,4% no Norte, 5,7% no Centro-Oeste, 15,1% no Sudeste e 12,6% no Sul. Norte, Nordeste e Centro-Oeste acumulam 72,3% dos estabelecimentos considerados muito pobres, exatamente as três regiões que oferecem

⁷ A extensão rural pública tem tido papel importante no desenvolvimento do cooperativismo, do associativismo e em remover obstáculos inerentes ao crédito rural. Também ajuda os produtores rurais a serem bons cidadãos, a lutarem pelos seus direitos e pela defesa do meio ambiente. É importante aliada dos prefeitos.

⁸ Somente os estabelecimentos que declararam renda e exploraram terra foram considerados. Por isto, é possível que a Tabela 1 exclua assentados da reforma agrária. E também não se sabe a que classe de renda pertencem os assentados.

Tabela 1. Concentração da renda bruta⁽¹⁾.

Classe de renda bruta (SLM ⁽²⁾)	Frequência	%	Renda bruta total (%)	Renda bruta mensal por estabelecimento (SLM)
Muito pobre (0, 2]	2.904.769	66,01	3,27	0,52
Pobre (2, 10]	995.750	22,63	10,08	4,66
Média (10, 200]	472.702	10,74	35,46	34,49
Rica (> 200)	27.306	0,62	51,19	861,91
Total	4.400.527	100,00	100,00	10,45

⁽¹⁾ Censo agropecuário 2006. Dados atualizados 2010, sala de sigilo do IBGE.

⁽²⁾ SLM = salário mínimo mensal.

Fonte: IBGE (2006).

as piores condições de entorno. No caso das famílias assentadas, 90,9% delas pertencem às três regiões mencionadas.

Utilizando-se os dados do Censo apurado em 2006, é possível também oferecer uma outra estratificação, baseada na área do estabelecimento rural. Dessa forma, o total de 4.400.527 estabelecimentos seriam considerados em duas classes de área: menores ou iguais a 100 ha (classe 1) e maiores que 100 ha (classe 2). Assim separados, os dados mostram que 91,2% do total dos estabelecimentos têm 100 ha ou menos e renda bruta média de R\$ 18.322,20 contra a renda bruta média de R\$ 238.126,15 dos estabelecimentos que têm mais de 100 ha.

Examinados com mais detalhe, as duas classes de área citadas (classe 1 e classe 2) também apresentam distribuições diferentes, em número de estabelecimentos e renda bruta. Considerada somente a classe 1 (100 ha e menos de 100 ha), o grupo pobre e o muito pobre, antes definidos conforme os limites de renda bruta na Tabela 1, concentram 91,69% do número de estabelecimentos e 26,8% da renda bruta. E os outros dois grupos, classe média e rico, equivalem a 8,31% do total de estabelecimentos rurais e 73,12% da renda bruta. Assim, é muito concentrada a renda bruta nesta classe (Tabela 2). Já na classe 2 (estabelecimentos maiores do que 100 ha), o grupo pobre e o muito pobre correspondem a 56,90% dos estabelecimentos e 2,53% da renda bruta. E os grupos classe média e rico contêm 43,10% do número de estabelecimentos e 97,47% da renda bruta. Aqui a concentração é bem mais elevada que na classe 1, embora, os índices de Gini serem praticamente iguais nas duas classes, conforme visto (ALVES et al., 2012).

Desse modo, a produção é muito concentrada, pois poucos produziram muito e muitos produziram muito pouco, tanto no geral como nas duas classes de área, classes 1 e 2.

Tabela 2. Distribuição dos estabelecimentos menores ou iguais a 100 ha em quatro classes de renda bruta, em salário mínimo mensal (SIM) de 2006.

Classe de renda bruta (SLM ⁽¹⁾)	Número de estabelecimentos	%	Renda bruta (%)
Muito pobre (0, 2]	2.795.789	69,64	6,98
Pobre (2, 10]	885.057	22,05	19,90
Média (10, 200]	326.446	8,13	45,22
Rica (> 200)	7.185	0,18	27,90
Total	4.014.477	100,00	100,00

⁽¹⁾SLM = salário mínimo mensal.

Fonte: Alves et al. (2012).

Em vista do grande número de estabelecimentos na classe pobre e muito pobre, a Agência terá que fazer escolhas, mesmo que opte somente por financiar as ações, como⁹:

- 1) Concentrar-se na classe 1 de área, 100 ha ou menos. Nesta classe, selecionar os da classe pobre, isto é, 885.057 estabelecimentos.
- 2) Adicionar 1.010.785 estabelecimentos da classe muito pobre que remuneram todos os fatores de produção (ALVES et al., 2012)¹⁰.
- 3) O público alvo da agência será de 1.895.842 (885.057 + 1.010.785) estabelecimentos.
- 4) O restante da classe muito pobre seria atendido pelas políticas de transferência de renda.
- 5) Chega-se a um público alvo da Agência de 1.895.842 estabelecimentos, ou seja, cerca de dois milhões de estabelecimentos. Das famílias assentadas (1.258.205), não se sabe quantas pertencem a esse grupo, mas admitindo-se que as famílias assentadas sejam todas clientes preferenciais das políticas da Agência, e admitindo-se uma família assentada por estabelecimento, e todas fora dos dois milhões acima calculados, teríamos, no mínimo, uma sobra de 741.795 estabelecimentos, além das famílias assentadas, quando se dá prioridade absoluta aos assentamentos rurais.

⁹ Esta é uma opção. Muitas outras são possíveis, porém não serão discutidas neste capítulo.

¹⁰ Não foi pesquisado para este capítulo quantos destes estabelecimentos pertencem a classe 1 de área.

Para que servem estes números, sabendo-se que não se pode discriminar quem quiser ser parte do programa?

Em primeiro lugar, para dimensionar as necessidades de recursos. Em segundo lugar, para mostrar a necessidade de incorporar as prefeituras e a iniciativa privada, como as cooperativas, firmas de assistência técnica, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e organizações não governamentais (ONGs) ao esforço do governo. Quando couber, este esforço será subsidiado, mas por tempo limitado. Em terceiro lugar, eles servem para a elaboração do plano de trabalho da Agência e estabelecer suas estratégias a curto e longo prazo.

Os dois milhões de estabelecimentos mencionados já são um esforço gigantesco. Nesse esforço, a Agência terá que envolver os estados, municípios, cooperativas, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Embrapa, universidades, Emateres, Senar, ONGs, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Canal do Produtor (CNA), e a assistência técnica de firmas especializadas. Terão que ter estratégias a longo e a curto prazo muito bem delineadas. O trabalho precisará ser focado no entorno e no estabelecimento e envolver outros órgãos dos governos federal, estadual e municipal. O custo desse esforço deverá também ser estimado e seu papel definido objetivamente.

A concentração da produção nas mãos de poucos produtores desafia também os Estados Unidos e a Europa (Tabela 3). Tanto nos Estados Unidos, como na Europa, as condições de entorno são muito melhores que no Brasil. A despeito disso, persiste concentração tão grande como a brasileira. Os mecanismos de subsídios embutidos na política agrícola, principalmente subsídios a preços, favoreceram a concentração. No Brasil, foram os subsídios ao crédito rural, com suas exigências que excluíram aqueles de baixo nível educacional, sem títulos de posse de terra, recursos próprios disponíveis e localizados em regiões afastadas de centros urbanos e sem sede do Banco do Brasil. A estrutura agrária, como é correlacionada com os atributos mencionados, teve muito a ver, favorecendo a exclusão do crédito rural. Nota-se, contudo, que os estabelecimentos de 100 ha e menos de 100 ha têm a produção concentrada em pouco deles, como já visto.

Tabela 3. Porcentagem de estabelecimentos (% do total) que geram 87% do valor da produção nos Estados Unidos (*farmers*) – Censo 2007, na Europa (*farmers*) – Censo 2010, e no Brasil – Censo 2006, IBGE.

Região	Ano do Censo	%
Brasil	2006	11,4
Europa (27 países)	2010	13,9
Estados Unidos	2007	11,1

Tanto na Europa como nos Estados Unidos, as condições e qualidade de vida no meio rural e em suas comunidades são boas. Aqui no Brasil, há muitas deficiências nas estradas rurais, em eletricidade, acesso à televisão, telefonia e qualidade da infraestrutura de saúde e educação no meio rural e nas pequenas cidades. Essas condições fazem parte do entorno, e sem elas fica difícil para a pequena produção deixar a pobreza para trás, além de ser muito grande o incentivo para migrar. É importante que se esforce para solucionar essas deficiências.

Reponsabilidades com o Programa da Agricultura Familiar

A agricultura familiar é um importante programa do governo. Ao dar prioridade aos assentados da reforma agrária, aos da classe muito pobre e pobre, não se deve ignorar o programa Agricultura Familiar. Ele deve ser considerado com muito cuidado no planejamento e ações da Agência, para que não haja duplicações, mas para efetivamente contribuir na solução de problemas, no que diz respeito a suas responsabilidades.

As classes muito pobre e pobre contemplaram 88,64% dos estabelecimentos e geraram 13,35% da renda bruta. Admitindo-se que a agricultura familiar tivesse gerado 30% da renda bruta reportada pelo Censo Agropecuário 2006, os restantes 16,65% teriam que vir da classe média (10, 200] (Tabela 4), o que equivale a 221.954 estabelecimentos¹¹. Assim, o tamanho da agricultura familiar, admitindo-se que gere 30% da renda bruta, é mostrado na Tabela 4.

Tabela 4. Contribuição da classe (10,200] para geração de 30% da renda bruta da agricultura familiar.

Classe de renda bruta	Frequência	% ⁽¹⁾	% da renda bruta
Muito pobre (0,2]	2.904.769	66,01	3,27
Pobre (2,10]	995.750	22,63	10,08
Média (10,200] ⁽²⁾	221.954	5,04	16,65
Total da agricultura familiar	4.122.473	93,68	30,00

⁽¹⁾ Calculada em relação aos 4.400.527 estabelecimentos (Tabela 1).

⁽²⁾ Contribuição da classe para agricultura familiar.

Dados gerados na sala de sigilo do IBGE.

Fonte: IBGE (2006).

¹¹ Considere-se que, pela Tabela 1, classe média (10, 200), 472.702 estabelecimentos com 35,46% da rb. Aplicar aí a regra de três.

Por essa opção, cerca de 94% dos estabelecimentos pertenceriam à agricultura familiar que, por hipótese, gerariam 30% da renda bruta. Está claro que 4.122.473 é número exagerado para as possibilidades da Agência e a escolha terá que ser feita. A proposta aqui é, como ressaltado, apenas uma das possibilidades listadas de 1 a 5.

Assim, será um grande desafio para a Agência engajar-se no programa da agricultura familiar que também contempla os grupos definidos como prioridades. O programa da agricultura familiar já contempla ações que visam solucionar imperfeições de mercado, como compra antecipada de produtos e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), mas, muito ainda está por fazer.

Outra opção para Agência é ter como público alvo aquele que forma a agricultura familiar, como definida atualmente. Como visto na Tabela 4, são cerca de 4,1 milhões de estabelecimentos, entre eles estão muitos estabelecimentos para os quais inexistente solução agrícola para o problema de pobreza rural. Alguma escolha terá que ser feita na linha proposta. Além do mais, o programa da agricultura familiar favorece as regiões Sul e Sudeste, e, porém, os excluídos da modernização da agricultura estão no Nordeste, Norte e Centro-Oeste. No entanto, o programa procura encontrar solução para tais regiões, que é dificultada em virtude de seu entorno desfavorável.

A Tabela 5 resume algumas das possibilidades de seleção para facilitar o entendimento. Observa-se que isso é necessário para definir o orçamento da Agência. Não há como fugir do tema. Não se faz nenhuma proposta, apenas inicia-se a discussão.

Tabela 5. Público alvo, com a restrição de dois milhões de estabelecimentos.

Público alvo	Possibilidade de seleção
Dois milhões de estabelecimentos	Classes pobre e muito pobre. Inclui assentados da reforma agrária. Estabelecimentos de 100 ha ou menos
Agricultura familiar	Selecionar 2 milhões de estabelecimentos entre 4,1 milhões
Concentrar no Nordeste (limite geral dois milhões de estabelecimentos)	Definir critérios de seleção. Articular para o resto do Brasil com MDA, Mapa, prefeituras e demais agentes públicos e privados
Assentados da reforma agrária (2 milhões de estabelecimentos)	Articular para resto do Brasil com o Mapa, prefeituras e demais agentes no limite geral de 2 milhões de estabelecimentos
Ser apenas Agência Regulatória	MDA, Mapa, estados, municípios e demais agentes definem público alvo no limite de 2 milhões de estabelecimentos
Concentrar no Norte, Nordeste, Centro-Oeste	No Sul e Sudeste, delegar para estados, municípios e demais agentes públicos e privados, financiando-os
Definir o limite de 2 milhões de estabelecimentos	Atender à demanda, sem definir público, respeitando também os limites da agricultura familiar

Considerações finais

Salientam-se as seguintes conclusões:

- 1) O Brasil enfrenta um grave problema de difusão de tecnologia, porque a modernização da agricultura somente beneficiou 11,4% dos estabelecimentos e deixou à margem a maioria deles, 88,6%.
- 2) Confundir a difusão da tecnologia com a extensão rural é erro de diagnóstico lamentável, que fará a agência fracassar nos seus propósitos. As condições desfavoráveis do entorno do estabelecimento, em relação à pequena produção, inviabilizarão a adoção da tecnologia, aquela que faz a produção crescer por hectare, o que é condição fundamental para quem tem pouca terra e para o sucesso da Agência.
- 3) Nos municípios de entorno desfavoráveis, a extensão rural deve estar preparada para ajudar as comunidades e prefeituras batalharam por soluções de seus problemas de entorno.
- 4) São milhões os estabelecimentos que ficaram à margem da modernização, e dificilmente todos poderão ser atendidos. Propõe-se focar nos menos de 100 ha e, nessa classe, as muito pobre e pobre. Obviamente, cabem outras propostas, mas nenhuma delas pode fugir à necessidade de selecionar.
- 5) Entre os muito pobres, restringe-se aos que, em 2006, foram capazes de remunerar todos os fatores de produção. Mesmo assim, chegou-se a 2 milhões de estabelecimentos. Visa-se, com a proposta, chamar atenção para o fato que não há recursos para atender a todos. Outra alternativa é concentrar o trabalho direto da Agência no Nordeste, envolvendo o MDA e os municípios. Nas outras regiões, envolver o MDA, as prefeituras, cooperativas, firmas particulares especializadas e Ongs também especializadas.
- 6) Por isto, é necessário envolver os órgãos que administram políticas de transferência de renda do governo, a iniciativa particular, MDA, Mapa, Embrapa, Emateres, Senar, Ongs, estados e municípios nesse esforço gigantesco. Antes é preciso orçar quanto recurso será necessário, em adição ao existente. A alternativa é deixar o mercado resolver o problema, o que acontece com o êxodo rural, que, por sua vez, resultará em um meio rural desabitado. À exceção do Nordeste, nas outras regiões estamos caminhando rapidamente para essa condição.
- 7) A urbanização, a escassez de terra e trabalho e as exportações mudaram a organização da agricultura, sendo que grande parte dela está concentrada em regiões especializadas ou se realizam em sistemas de produção que usam, no ambiente de produção, muita pouca terra e tecnologia designada para poupar

terra e trabalho. Os estabelecimentos que estão fora dessas regiões ou polos enfrentam condições de entorno muito desfavoráveis. Por isto, a agência precisa ter estratégias diferenciadas para cada caso.

- 8) O Nordeste concentra a grande maioria dos estabelecimentos da classe pobre e da classe muito pobre. Se não fossem pelas regiões Norte (em razão dos assentados da reforma agrária) e Nordeste, esta discussão sobre a Agência não seria relevante, pois as demais regiões com um pouco mais de ajuda, seriam capazes de resolver seus desafios. Ressalte-se que o Nordeste passa por profundas mudanças na organização da produção, tendo polos amadurecidos de grãos, como Balsas no Maranhão, sul do Piauí e oeste Baiano, e polos de frutas e hortaliças, ao longo do Rio São Francisco, no Ceará e Rio Grande do Norte. Os polos são urbano/rurais exportadores, com procedimentos modernos, abundantes em conhecimentos coletivos e com hábitos cosmopolitas. As regiões desfavorecidas concentram a parte da pobreza rural nordestina e sujeitas a regimes de chuvas pouco compatíveis com a produção agrícola. Lá a solução agrícola do problema de pobreza rural é complicada, e aí destacam-se as políticas de transferência de renda. Assim sendo, estamos diante de dois desafios: a pequena produção nos polos, em que ela tende a desaparecer, se não for amparada e a pobreza rural das áreas desfavorecidas, cada qual merece atenção especial.
- 9) Manter a população em pequenos municípios com emprego no campo e também morando no meio rural, exige melhorar as condições vida tanto urbanas como rurais, estradas vicinais, educação, saúde, eletricidade rural, televisão, telefonia e segurança pública. Se não houver melhorias, os jovens irão optar pelas cidades e não substituirão seus pais quando se aposentarem e se afastarem das lides nas quais construíram suas vidas.
- 10) Evidentemente, a Agência não será uma agência de desenvolvimento rural. Seu objetivo principal é fazer a tecnologia chegar aos excluídos da modernização. Para isso, terá que diagnosticar corretamente os fatores que impedem milhões de produtores de incluírem a tecnologia como opção de fazer agricultura. Além do mais, sem fazer cada hectare gerar mais valor, o problema de pobreza não encontrará solução na agricultura.
- 11) A classe pobre tem condições de solucionar seu problema de pobreza no meio rural. Na classe média (10, 200), parte pertence a agricultura familiar. A outra parte e a classe rica têm condições de se beneficiarem das políticas gerais do governo, pois já encontraram o seu caminho tecnológico.
- 12) A Tabela 5 sintetiza e inicia a discussão do tema do qual não se pode escapar: os limites de recursos da agência exigem a definição do tamanho do público alvo.

Referências

- ALVES, E. R. de A.; SILVA, R. C. Qual é o problema de transferência de tecnologia do Brasil e da Embrapa? In: ALVES, E. R. de A.; SOUZA, G. da S.; GOMES, E. G. (Ed.). **Contribuição da Embrapa para o desenvolvimento da agricultura no Brasil**. Brasília, DF: Embrapa, 2013. p. 182-191.
- ALVES, E.; SOUZA, G. da S.; MARRA, R. Papel da Embrapa no desenvolvimento do Agronegócio. In: TEIXEIRA, E. C.; PRETIL, R. M.; LIMA, A. L. (Ed.). **Contribuição da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento do agronegócio**. Viçosa, MG: Ed. da Universidade Federal de Viçosa, 2013c. p. 125-171
- ALVES, E.; SOUZA, G. da S.; ROCHA, D. de P. Desigualdade nos campos na ótica do Censo Agropecuário 2006. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, ano 22, n. 2, p. 54-66, 2013b.
- ALVES, E.; SOUZA, G. da S.; ROCHA, D. de P. Lucratividade da agricultura. **Revista de Política Agrícola**, Brasília DF, ano 21, n. 2, abr./maio/jun, p. 45-63, 2012.
- ALVES, E.; SOUZA, G. da S.; ROCHA, D. de P.; MARRA, R. Fatos marcantes da agricultura brasileira. In: ALVES, E. R. de A.; SOUZA, G. da S.; GOMES, E. G. (Ed.). **Contribuição da Embrapa para o desenvolvimento da agricultura no Brasil**. Brasília, DF: Embrapa, 2013a. p. 15-45.
- BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da; NAVARRO, Z. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, v. 22, n. 2, p. 114-115, abr./maio/jun. 2013.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/defaulttab_censoagro.shtm>. Acesso em:
- SOUZA, G. da S.; ALVES, E.; GOMES, E. G.; MAGALHAES, E.; ROCHA, D. de P. Um modelo de produção para a agricultura brasileira e importância da pesquisa da Embrapa. In: ALVES, E. R. de A.; SOUZA, G. da S.; GOMES, E. G. (Ed.). **Contribuição da Embrapa para o desenvolvimento da agricultura no Brasil**. Brasília, DF: Embrapa, 2013, p. 47-86.